



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Niterói Previdência
NITERÓI PREV

MODELO APOSENTADORIA

DECLARAÇÃO SOBRE ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA OS FINS DO ART. 24 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

Nome: _____	CPF: _____		
RG nº: _____	Órgão Expedidor: _____	Data da expedição: ____/____/____	
Endereço: _____	Qd.: _____	Lt.: _____	
nº: _____	Complemento: _____	Bairro: _____	
Cidade: _____	UF: _____	CEP.: _____	Telefone: _____
Celular: () _____	E-mail: _____		

Declaro, sob pena prevista no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e em atendimento ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que:

1 – RECEBO pensão por morte neste RPPS ou em outro regime previdenciário:

() não

() sim – Especificar: _____

2 – RECEBO pensão decorrente de atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

() não

() sim – Especificar: _____

3 – RECEBO aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social:

() não

() sim – Especificar: _____

4 – RECEBO proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal:

() não

() sim – Especificar: _____

Caso receba quaisquer dos benefícios acima especificados é necessária a juntada de documentação comprobatória (contracheque ou comprovante de rendimentos anual).

Declaro, ainda, estar ciente que caso haja acumulação de benefícios previdenciários acima especificados, opto pela escolha do valor integral do benefício mais vantajoso recebido por _____ e de uma parte do outro benefício, apurado na forma do § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Niterói, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do requerente, de acordo com o documento de identidade apresentado)

Código Penal Brasileiro.

Artigo 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – Reclusão, de um a três anos, e multa, se o documento é público.